CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA (UFSC) E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES GUARANI

INDIGENOUS INTERCULTURAL LICENCIATURE OF THE SOUTH OF ATLANTIC MATA (UFSC) AND THE TRAINING OF GUARANI TEACHERS

LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DEL SUR DE LA MATA ATLÁNTICA (UFSC) Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES GUARANI

Jéssica Lícia da Assumpção[1], Elison Antonio Paim[2]

RESUMO
O presente artigo resulta da pesquisa Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC: contribuições na formação de professores para a educação escolar do povo Guarani da Terra Indígena M'Biguaçu. Além de dialogarmos com produções acadêmicas sobre os Guarani, pesquisamos o Plano Político Pedagógico do Curso de Licenciatura (2009; 2016) e realizamos entrevistas com uma docente da licenciatura, a Coordenadora Pedagógica e três graduandos Guarani da turma de 2016. Apresentamos o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina e trazemos apontamentos sobre a formação de professores Guarani da Terra Indígena M'Biguaçu e como a licenciatura contribui para seu trabalho na escola da terra indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciatura Intercultural Indígena. Universidade Federal de Santa Catarina. Formação de professores Guarani.

ABSTRACT
This article is a result of the research on Indigenous Intercultural Licensing of the South Atlantic Forest of UFSC: contributions in the training of teachers for the school education of the Guarani people of the M'Biguaçu Indigenous Land. In addition to dialoguing with academic productions about the Guarani, we researched the Pedagogical Political Plan of the Licentiate Course (2009, 2016) and conducted interviews with a teacher of the degree, the Pedagogical Coordinator and three Guarani graduates from the class of 2016. We present the Bachelor's degree Intercultural Institute of the Federal University of Santa Catarina and we bring notes about the formation of Guarani teachers of the M'Biguaçu Indigenous Land and how the degree contributes to their work

[1] Discente de mestrado em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de História Indígena (LABHIN) - UFSC. Licenciada e bacharela em História pela UFSC.
[2] Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Departamento de Metodologia de Ensino (MEN), do Centro de Educação. Professor permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UFSC), e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em História pela PUC-SP e doutorado em Educação pela Unicamp.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

in the Indian land school.

KEYWORDS: Intercultural Indigenous Bachelor. Federal University of Santa Catarina. Training of Guarani teachers.

RESUMEN
El presente artículo resulta de la investigación Licenciatura Intercultural Indígena del Sur de la Mata Atlántica de la UFSC: contribuciones en la formación de profesores para la educación escolar del pueblo Guaraní de la Tierra Indígena M'Biguaçu. Además de dialogar con producciones académicas sobre los Guaraní, investigamos el Plan Político Pedagógico del Curso de Licenciatura (2009; 2016) y realizamos entrevistas con una docente de la licenciatura, la Coordinadora Pedagógica y tres graduandos Guaraní de la clase de 2016. Presentamos el curso de Licenciatura Intercultural Indígena de la Universidad Federal de Santa Catarina y traemos apuntes sobre la formación de profesores Guaraní de la Tierra Indígena M'Biguaçu y cómo la licenciatura contribuye a su trabajo en la escuela de la tierra indígena.

PALABRAS CLAVE: Licenciatura Intercultural Indígena. Universidad Federal de Santa Catarina. Formación de profesores Guaraní.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação escolar indígena, após a Constituição de 1988, foi ressignificada aos poucos. A lei reconheceu o direito a uma educação intercultural diferenciada que contasse com elementos culturais dos povos indígenas dentro da formação escolar nas aldeias. A lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 assegurou o ensino das línguas maternas nas escolas das comunidades indígenas.

As novas dinâmicas das escolas se tornaram um desafio para secretarias estaduais de educação, responsáveis pela educação escolar indígena e para os professores indígenas. Dessa forma:

> Entre os Guarani, o "diferenciado" se apresenta como um desafio para os professores, não porque está previsto na legislação, mas como possibilidade de realizar dentro das aldeias uma escola que tenha realmente as características Guarani. Os professores Guarani que já participam há algum tempo dos cursos de formação e que são lideranças dentro do grupo questionam o tempo todo o sistema regular de ensino público; em outras palavras, questionam a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de definir qual escola querem para dentro da aldeia. Muitos deles esboçam essa preocupação, tanto em reuniões como nos planejamentos e na própria prática. (ROSA, 2009, p. 72)

A educação Guarani, sempre foi baseada na oralidade, pois a memória tem um papel fundamental para o ensino e para a identidade Guarani. (NÖTZOLD; ROSA, 2011). A

educação na Terra Indígena M'biguaçu[1], mantêm e desenvolvimento do modo de ser e de vida Guarani, além de suas crenças e costumes dentro dos espaços da escola, que vão para além da sala de aula. Todos os membros da comunidade, família, professores são responsáveis pela educação das crianças e adolescentes. Todos os espaços da comunidade são locais propícios para aprendizado, inclusive a *Opy*. O conhecimento Guarani vem a partir da casa de reza a *Opy,* em que se aprende a se relacionar com o mundo espiritual, onde o *Karaí* (líder espiritual), é responsável pela condução das cerimônias aos integrantes da comunidade.

As escolas específicas passam a considerar os elementos de cada cultura indígena, costumes, religiosidade, língua materna e das formas de ver e se relacionar no mundo. A educação escolar indígena, dessa forma, tem sua base na interculturalidade. "A interculturalidade pode ser compreendida como um processo de consolidação das propostas democráticas dentro de um universo que possui grande diversidade cultural." (ASSUMPÇÃO, 2018, p.21)

A formação de professores em licenciaturas específicas é uma das políticas públicas que contribuí para efetivação dos direitos indígenas e faz com que mantenha o equilíbrio entre a educação tradicional e a educação escolar. Assim,

> Como importante consequência da história das lutas pelo reconhecimento dos direitos formais à educação indígena diferenciada prevista, na Constituição Federal de 1988, houve a instalação, em alguns estados da federação, dos Núcleo de Educação Indígena com a responsabilidade de implementar as diretrizes da legislação então aprovada. Iniciaram-se em decorrência, os cursos de formação de professores indígenas. (APOLINÁRIO, 2015, p. 137)

Segundo Apolinário (2015), o processo do avanço da educação indígena veio a partir de projetos do Ministério da Educação (MEC) e pelos programas de Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) que associadas com as Secretarias de Ensino Superior (SESU), com a Secretaria de Educação à Distância, Alfabetização e Diversidade (Secad), vem implementar os Programas de Licenciaturas Interculturais Indígenas e Sistema das Ações Afirmativas. Dentre os Cursos de Licenciatura Indígena criados estão os da Universidade Federal de Goiás (UFG), com a turma de 2006-2013, destinado aos povos indígenas da região do Araguaia-Tocantins; o Curso da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), com a turma de 2009, da

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), primeira turma (2011-2015) e a segunda turma (2016-2020), com a qual desenvolvemos a pesquisa.

A proposta de pesquisa surgiu a partir das observações nas aulas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Algumas aulas acompanhadas foram compostas por exposição de pesquisas de professores de diferentes áreas da UFSC, com intuito de dialogar e trabalhar com alguns desses alunos indígenas, a fim de conhecer mais da sua cultura, língua, tradição e visão de mundo.

Durante as observações realizadas entre julho de 2017 e março de 2018, evidenciou-se em algumas falas de estudantes indígenas que o curso possibilita a ampliação dos seus conhecimentos sobre cultura dos não indígenas, sobre suas visões da história indígena no Brasil e ganhar maior autonomia para buscar seus direitos firmados na Constituição Federal de 1988 como a garantia de uma educação escolar, diferenciada e intercultural nas aldeias.

O objetivo geral da pesquisa foi apontar quais as contribuições que a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina, trouxe para a formação dos graduandos indígenas Guarani da turma iniciada em 2016; perceber como os conhecimentos adquiridos no Ensino Superior influenciam no desenvolvimento da educação escolar indígena na *Terra Indígena M'biguaçu*, na Escola Indígena de Educação Básica *Wherá Tupã Poty Djá*.

A metodologia baseou-se no acompanhamento da turma durantes algumas aulas; cinco entrevistas realizadas com uma docente da Licenciatura, com a coordenadora pedagógica do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC e três graduandos Guarani da Terra Indígena (TI) M'biguaçu.[3]

Neste artigo são apresentadas informações sobre o curso de graduação a partir dos Planos Políticos Pedagógicos (2009 e 2016) da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, além de fazer a contextualização teórica a partir dos trabalhos dos

[3] Referente as entrevistas realizadas com os graduandos Guarani da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, apenas uma foi gravada e transcrita e outras duas foram realizadas em forma de uma conversar acompanhada de anotações no formato de diário de campo, conforme pedido das entrevistadas.

autores que dialogam com as temáticas da cultura Guarani, direitos à educação intercultural, licenciaturas Indígenas, formação de professores indígenas e educação escolar indígena.

LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA – UFSC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES GUARANI

Os Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena pelo Brasil têm se tornado uma das principais formas de acesso ao ensino superior, se diferenciando das outras formas de ingressos (sistema de ações afirmativas/cotas e bolsas de estudos) aos demais cursos, pelo auxílio de permanência de seus estudantes na universidade, alojamentos, auxílio transporte auxílio-alimentação, para se manter durante o processo de aulas presenciais que fazem parte da alternância pedagógica (proposta diferenciada em relação ao Tempo Universidade, pelo qual eles permanecem em aulas em períodos de duas a três semanas).

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina abrange a formação superior dos povos Guarani, Xokleng/Laklãnõ e Kaingang, para trabalharem como professores dentro das escolas indígenas das suas comunidades/aldeias.

A Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina foi criada a partir de conversas entre professores da Universidade, lideranças e membros das comunidades indígenas, Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (CIESI) e por técnicos da Secretaria do Estado da Educação, Comissão de Apoio aos povos indígenas e do Conselho Indigenista Missionário (MELO, 2013).

O curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica foi construído a partir do trabalho de uma equipe da instituição e interdisciplinar e CIESI, acompanhada com representantes dos povos indígenas (Guarani, Kaingang e Xokleng), no cenário da educação indígena. O processo todo se solidificou na UFSC no ano de 2006, por meio do Grupo de Trabalho e Educação Superior Indígena, que foi integrado a Comissão de política de Ampliação de Oportunidade de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial.

O Projeto Político Pedagógico foi aprovado em 2009 e foi ratificado pela Secretária de Educação Continuada e pela Câmara de Ensino (UFSC). Dentre as referências utilizadas para

embasamento do projeto está a Constituição Federal de 1988, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos indígenas; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996); as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que preconizam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas; PROLIND; demandas diferenciadas do ensino superior; demandas territoriais e ambientais dos povos indígenas entre outros (PPP, Licenciatura-LII, 2016).

Em novembro de 2010, aconteceu o primeiro vestibular para curso de Licenciatura Indígena da UFSC. O curso de licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC se destinou aos povos Guarani, Kaingang e Laklãnõ- Xokleng, que já lecionavam nas escolas indígenas e bem como os demais membros da comunidade que tinham interesse de promover a educação escolar e a gestão escolar.

O curso foi destinado aos povos indígenas do Bioma Mata Atlântica. Aos *Guarani* dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina e São Paulo. Pertencentes ao grupo Tupi Guarani, tronco Linguístico Tupi. Eles são classificados linguisticamente como Mbya, Nhedeva/Xipira. Seu território compreende terras baixas que vai da bacia do Paraná-Paraguai até o litoral brasileiro.

Aos K*aingáng*: Paraná; São Paulo; Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os Kaingang pertencem ao grupo Jê do sul do Brasil, tronco linguístico Macro Jê, distribuídos em aldeias e reservas indígenas. O seu território estende-se pela região do planalto, onde existem mata de araucária e regiões de campos.

E aos *Xokleng\Laklãnõ:* Santa Catarina. Os Xokleng pertencentes ao grupo Jê de tronco linguístico Macro-Jê são parentes próximos dos Kaingáng, porém possuem dialetos diferentes e aspectos culturais distintos. O seu território, geralmente, se encontra em terras intermediárias entre o planalto e o litoral.

O curso foi estruturado em forma presencial com articulação em dois tempos: T*empo Universidade* que englobou aulas no campus da UFSC/Florianópolis, conforme datas estipuladas e o *Tempo Comunidade,* direcionado à orientação de estudos e projetos de pesquisa. Contando no final do curso com a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

O vestibular oferece 120 vagas, sendo 40 vagas para cada povo (Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ). A primeira turma iniciou em 2011 e tendo sua conclusão em 2015. O

curso se iniciou em 14 de fevereiro de 2011 e foi coordenado pela Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold até agosto do mesmo ano, quem assumiu, posteriormente, a coordenação foi o Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro, que permaneceu até julho de 2012. Em agosto de 2012 até novembro de 2015, quem coordenou o curso de licenciatura Intercultural Indígena, foi o Prof. Dr. Lucas Melo Reis Bueno. Esses coordenadores fazem parte do quadro de professores do Departamento de História da UFSC. (PPP, 2009)

O curso teve como eixo norteador as questões: Ambiental no Bioma Mata Atlântica e Questão Fundiária com o objetivo voltado a licenciatura infantil: formação inicial de docentes para os anos iniciais do ensino fundamental nas escolas indígenas, além da ênfase das licenciaturas em linguagens, humanidades e conhecimento ambiental.

As terminalidades envolveram as temáticas fundiárias, território indígena e ambiental. A habilitação foi para licenciatura infantil, linguística (línguas indígenas Guarani, Kaingáng e Xokleng), direitos indígenas com ênfase em gestão ambiental. A duração foi de 4 anos (3.348 horas) divididas em etapas de estudo (aulas de manhã e à tarde). Para contemplar todos os estudantes a universidade oferece transporte, auxílios financeiros, alimentação e todo suporte para permanência durante os dias das etapas presenciais na UFSC.

O objetivo do curso de Licenciatura Intercultural da UFSC se voltou à formação de professores em nível de graduação com ênfase na produção de material didático, línguas, Educação de Jovens e Adultos indígenas, práticas de revitalização cultural, saúde indígena, direito fundiário e territorial, além de outros temas relevantes aos povos indígenas. [2] A formatura da primeira turma (2011) do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica aconteceu no dia 09 de abril de 2015. [3] Se formaram 78 alunos.

Assim como a primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, a segunda turma participou do edital do PROLIND e teve que ser pensada, elaborada a partir de novo PPP, como outra proposta de formação e aprovado pela universidade. Joziléia Shild narrou que:

> No primeiro edital trabalhavam com educação infantil, a formação era para educação infantil e séries iniciais, agora esse novo edital é para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, então essa é uma grande diferença, eles tiveram que reconstruir o PPP e passar por uma aprovação no conselho universitário, e aprovar essa norma turma. (SHILD, Entrevista, 2017)

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A segunda turma iniciou em março de 2016, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Antonela Maria Imperatriz Tassinari, docente do Departamento de Antropologia da UFSC. O processo seletivo se destina a professores indígenas em exercício de magistério e aos interessados em trabalhar com processos educacionais indígenas. A seleção foi via vestibular específico contou com a prova de conhecimentos gerais na temática indígena; atividade escrita na língua indígena e uma carta assinada pela liderança apresentado o candidato e dando referências de seu pertencimento a comunidade indígena[4].

Em entrevista com Joziléia, coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, ela narrou sobre o número expressivo de graduandos que já possuem Magistério Indígena ou graduação em outra área, além de que muitos deles já possuem uma larga experiência em sala de aula. Isso possibilitou uma nova visão, uma troca de conhecimentos e qualificar tanto a turma como as aulas preparadas pelos professores da licenciatura.

A turma de 2016 foi estruturada e começou o curso com número reduzido de 45 alunos (15 de cada povo). Segundo a coordenadora pedagógica, a decisão de manter uma turma mais reduzida está ligada a questão da qualidade do curso e pela decisão de se fazer mais processos seletivos para iniciarem outras turmas em cada ano, porém por cortes de verbas do governo Federal tiveram que adiar essa medida. A previsão de término da turma de 2016 é para 2020, assim o objetivo:

> é justamente dar continuidade nessas ações feitas nas escolas, dentro delas, nas comunidades, porque esse envolvimento, a procura por conhecimento e por efetivar uma educação diferenciada, eles têm feito isso através de várias ações, buscado dentro da comunidade, tanto com os sábios, como com os mais velhos, buscando auxílio nos museus. Tem ações: saberes indígenas, que o museu - Marque desenvolve através das escolas indígenas em alguns anos, vários projetos de magistério, [...] o objetivo dessa formação, ou dessas formações de cursos e tal, dessas interações é melhorar efetivamente e fazer uma educação intercultural. (FRANCISCO, entrevista, 2017)

O curso da turma 2016, da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC tem foco nas questões territoriais, ambientais, artes e linguagens. As terminalidades do curso se focaram na área da Licenciatura do Conhecimento Ambiental: com intuito de trabalhar com o educador indígena, os usos e cuidados com os recursos naturais presentes em seu território, além de formar o professor em gestor ambiental. As terminalidades da Licenciatura em Artes e

linguagens: procuram trabalhar com o educador na área das Artes e das Línguas Materno-Paternas aproveitando os elementos da Cosmologia e Mitologia e são desenvolvidas na 5ª e 6ª fase, a turma será direcionada conforme o interesse de área de pesquisa. (PPP/ LII, 2016).

Além das terminalidades propostas no PPP LII/2016 citadas acima, fazem parte do curso, matérias de direito indígena, que trabalham a compreensão e apreensão dos preceitos legais envolvendo a terra indígena e a escolas indígenas e a oferta de Projeto de Pesquisa de I a VII, com o objetivo de interligar as realidades das diversas comunidades e a teoria (contextualização). A formação de professores Guarani, Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ, procura relacionar a realidade cultural e social de cada um, segundo a legislação nacional sobre a educação escolar indígena. Toda a formação procura criar condições teóricas e metodológicas que envolvem práticas dos professores, a reflexão e construção dos Planos Políticos Pedagógicos das suas escolas.

As ações do curso se envolvem na defesa dos direitos indígenas referentes ao seu território, ao conhecimento tradicional, além de questões sobre a política, cultura, social e econômica. A organização curricular do curso procura promover a interação e articulação com instituições educativas, conforme a realidade de cada etnia, da mesma forma que a turma de 2011.

Dentro dos dois primeiros semestres a turma se organiza por etnias, porém também cursam matérias em comum. Na 3ª e 4ª fase a formação é mais específica voltada para a língua Indígena (Guarani, Kaingáng e Laklãnõ/ Xokleng), a 5ª fase fica voltada para os estudos nas Terminalidades de Arte e Linguagens ou Conhecimento Ambiental, que fica a escolha do graduando. Além do cumprimento do estágio obrigatório que acontecerá nos últimos 4 semestres; as habilitações são direcionadas as séries finais do Ensino Fundamental e para Ensino Médio, buscando reflexão e a vivência das práticas educacionais, através de projetos, metodologias e a teorias. (PPP/LII, 2016) [5]

Na de 2016, o Trabalho de Conclusão de Curso será substituído pelo Projeto de Pesquisa e Ação, no qual as temáticas serão voltadas para os eixos de trabalho com as disciplinas e a integração. O Projeto Político Pedagógico-LII (2016, p.74) explica:

> Nas novas turmas, o TCC deixará de vigorar. O estudante acompanhará durante todo seu percurso a disciplina Projeto de Pesquisa e Ação (I a VII), que ofertará a possibilidade de articulação de temática desde o primeiro semestre,

> consubstanciando um eixo de trabalho a conjugar as disciplinas, a integração universitária- cursos regulares, programas de pós-graduação, núcleos e laboratórios de pesquisa, estudantes, docentes, TAEs, os projetos das comunidades indígenas em execução ou elaboração, interesses de temas etc. a favor um exercício interdisciplinar. Os docentes responsáveis por essas disciplinas consubstanciarão a conjugação entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, acompanharão e monitorarão os alunos em suas trajetórias, organização diagnósticos, projetos, textos, etc. em substituição aos trabalhos de conclusão de curso.

Por fim, a luta pela política de regularização do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, envolve a expectativa de institucionalizar o curso, a fim de constituir a contratação de professores efetivos para o curso, ofertar novas turmas para os próximos anos e melhorar a questão do próprio investimento e políticas de permanência dos alunos indígenas.

Muitos alunos falam da falta de recurso e dos atrasos nos depósitos das bolsas permanências do MEC, que é reflexo também do corte dos financiamentos pelo Governo Federal diretamente nesses auxílios, que ainda está se estruturando, para oferecer cada vez condições melhores.

Em julho de 2017, iniciamos o acompanhamento das aulas e atividades da turma de 2016, da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, por intermédio da Professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold e da professora Aline Ramos Francisco, que permitiu que eu acompanhasse suas aulas durante as etapas de julho/2017, novembro/2017 e março de 2018. Além da contribuição com informações, relatos de suas experiências, a professora Aline concedeu uma entrevista que foi contextualizada nesse trabalho e narrou sobre a importância da Licenciatura, formação de professores e educação escolar indígena.

As aulas da licenciatura que acompanhei estiveram pautadas em espaços de construções de saberes, ou seja, havia um diálogo entre os docentes da licenciatura e os graduandos indígenas (Guarani, Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ). Em alguns momentos, nas aulas da professora Aline foram concedidas para diálogo entre pesquisadores de várias áreas (Medicina, Linguagens, História, Geografia, Psicologia) da UFSC, que desenvolvem trabalhos com as populações indígenas. Estes momentos fizeram perceber que assim como nas comunidades, os espaços de conhecimentos da Universidade não ficam apenas em sala de aula, acontecem várias atividades, em vários locais da UFSC.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

Os acadêmicos indígenas participam, junto com os demais da universidade, de momentos de atividades musicais, eventos sediados pela UFSC, almoçam no restaurante universitário, têm contato com núcleos de pesquisa na universidade. O Tempo Universidade também abre portas para conhecer a cidade, ir ao cinema, participar de eventos da UFSC, acaba sendo um espaço de aprendizado e de reflexões sobre as vivências, provocando mudanças no modo de agir e pensar. (MELO, 2014)

Na primeira etapa participamos de atividades envolvendo a apresentação do trabalho feito pelo Laboratório de História Indígena da UFSC; teve o momento de troca de conhecimento entre um médico do Hospital Universitário que é responsável pela conservação do Horto. Este demonstrou interesse nos conhecimentos dos estudantes em plantas medicinais utilizadas nas aldeias e o diálogo entre a professora do Departamento de Letras que apresentou o seu trabalho e conversou com os alunos sobre as várias formas de gramática na língua portuguesa fazendo um paralelo com as línguas indígenas.

Tínhamos interesse em continuar a trabalhar com os Guarani, mas queria que o espaço fosse aberto por eles. Nosso narrador Daniel Kuaray, foi uma das pessoas que mais abriu espaço para o diálogo, me ajudou a compreender mais sobre os Guarani, sobre as especificidades de cada comunidade. Após isso, entrevistei Gennis e Silvana, que são assim como Daniel, são moradoras da TI M'Biguaçu. A entrevista consistiu em saber mais sobre a trajetória de vida e profissional, além de saber quais são as contribuições da Licenciatura para a formação deles e para a educação escolar nas escolas em que eles lecionam.

Além dos diálogos, fui convidada a conhecer a aldeia *Yynn Moroti Wherá* que fica na Terra Indígena M'biguaçu. Na Escola Indígena de Educação Básica *Wherá Tupã Poty D'já*, pelo convite do Daniel Kuaray, que oportunizou um momento de conhecimento sobre a história da aldeia e das formas de trabalho na escola indígena. Durante a aula de português, estudantes do 6º ano contaram contos e mitos que aprenderam no seu dia a dia. Uma das coisas que observei a partir das falas das Professoras Aline e Joziléia é a importância que os professores indígenas dão ao conhecimento dos alunos. As formas de didática são significativas e estão relacionadas com o cotidiano dos alunos, com o contato com a natureza, com a casa de reza, nos espaços físicos da escola e da aldeia.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A convite da professora Aline participei da semana de cultura na aldeia Bugio, na *TI Laklãnõ*, localizada no município de José Boiteux. As atividades aconteceram na E.I.E.B *Vanhecú Pattê*, houve apresentação de teatro da história dos Xokleng/Laklãnõ, além de um desfile de pinturas corporais, apresentadas pelos alunos da escola.

Em outras oportunidades conversei com os graduandos durante os horários de almoço, e outros espaços da universidade. Todos esses momentos foram importantes para conhecer as histórias de vida de alguns deles. Além disso, aprender um pouco mais sobre os seus aspectos culturais, suas tradições e formas de educação tradicional e sobre a educação escolar indígena nas suas aldeias e o quanto é importante para eles estarem na Universidade.

CONTRIBUIÇÕES DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UFSC PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GUARANI DA TERRA INDÍGENA M'BIGUAÇU

A formação específica de professores indígenas veio conforme a reivindicação da comunidade, pois muitos professores não possuíam formação superior ou magistério. A formação desses professores é feita por órgãos públicos e organizações não governamentais, por intermédio das secretarias de educação. A valorização se dá devido à construção das escolas e da demanda em garantir uma escola que corresponda as necessidades de sua cultura e modo de viver.

O professor indígena prepara os alunos para o conhecimento da sociedade nacional. Eles elaboram os calendários escolares e os projetos políticos pedagógicos das suas escolas além de planejamento estrutural das aulas e das avaliações, levando em conta a formação da educação intercultural e bilíngue, muitos deles se preocupam com as transformações ocorridas na escola e na aldeia. "[…] O professor apresenta a necessidade de uma autonomia didática que se expressa no cotidiano de seu trabalho, pois só assim é capaz de enfrentar desafios do processo ensino- aprendizagem e da educação." (AZZI, 2009, p. 36)

O professor Guarani tem o reconhecimento da educação vinda da *Opy* (casa de reza), que é considerada por eles uma escola tradicional que eles reconhecem como aprendizagem essencial das suas raízes e sua cultura. A aprendizagem expressiva vem das práticas de trabalhos realizadas pelos Guarani dentro de seu cotidiano. Também a necessidade do

aprendizado a partir da escrita é valorizado, até mesmo a fala tem necessidade de transcrição para que com o tempo não se perca os seus conhecimentos. (NÖTZOLD; ROSA, 2011).

A formação no ensino superior soma-se com as lutas pela gestão de território e demarcação de terras indígenas, pois possibilita o acesso aos conhecimentos de direito e debates interculturais. Se de uma forma é uma demanda das Secretarias do Estado da Educação e pelo MEC, por formação continuada, tendo em conta as necessidades da aldeia, por outra é uma oportunidade de diálogo com os saberes não indígenas e a busca de conhecimentos para dar continuidade a manutenção e luta pela demarcação de terra, reconhecimento dos direitos e a inclusão dentro do ensino superior.

Um dos pontos positivos da formação de professores implica no aumento de professores indígenas nas escolas das aldeias e sua contribuição para a alfabetização da língua materna de cada grupo. Quando se normatizou o ensino escolar indígena diferenciado e bilíngue, muitos professores não indígenas que lecionavam nas escolas não possuíam o domínio da língua indígena e não tinham um material de apoio, dessa forma, muitos indígenas trabalharam como monitores bilíngues nas escolas e passam a ganhar mais destaque após a formação. Algumas escolas ainda possuem os monitores bilíngues que auxiliam professores não indígenas, exemplo a E.I.E.B *Wherá Tupã Poty D'já*, com a formação, muitos tomam espaços como professores. Sobre a questão da linguagem, a língua indígena é a língua principal a ser estudada na escola, seguida do português e inglês ou espanhol, conforme o conteúdo de cada escola indígena.[6]

Ao ser questionado sobre os pontos positivos da Licenciatura Intercultural Indígena, o estudante Daniel Kuaray, comenta sobre como a licenciatura possibilita o estudo da história indígena de outros povos indígenas, estudar a sua própria língua e ajuda a preparar para a sala de aula, além disso:

> [...] foi bastante interessante assim, por que é algo direcionado para nós, você pode estudar a história indígena, estudar a própria língua, conhecer os outros povos também que a gente não tinha muito contato assim, a gente conhecia é claro que eu e minha mãe conhecia vários Kaingáng, Xokleng […], mas saber um pouco mais da história é interessante tá aprendendo, os pontos positivos são esses, essa didática diferenciada, que para nós é muito bom e ajuda prepara para sala de aula, eu já inclusive já trabalhei vários assuntos que os professores colocam ali, os indígenas não sabem tudo sobre os indígenas (KUARAY, entrevista, 2017)

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

O curso oferece quatro semestres de Laboratório de Ensino de Língua Indígena (Guarani, Kaingáng e Xokleng), a disciplina contribui para a questão normativa e gramatical da língua indígena. Sobre a contribuição da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, para a formação de professores, Daniel Kuaray relata:

> Então, a licenciatura ela começa a fazer com que a gente consiga se enxergar também como professor e entender mais sobre os nossos direitos, por mais que gente tá lá na escola, às vezes é o papel, um diploma que impede de fazer qualquer outra coisa. Vários professores mais velhos que lutaram tanto por isso, sabe? Por que não tinha como você dar aula e você estudar ao mesmo tempo, essa era a dificuldade e a licenciatura proporcionou isso. Para mim como professor poder dar aula e poder estudar é muito bom, porque tudo que eu consigo aprender eu repasso para os alunos, repasso para outros professores que não estão estudando ainda, a fazer tal coisa, um relatório, como entender esses direitos, quais leis falam da educação escolar indígena. Tem professores que estão entrando, fico me perguntando por mais que sejam novos eles perguntam como se tivesse muita experiência sabe, então para mim em sala de aula começou a mudar. E eu comecei a ver a educação escolar indígena com vários olhos diferente, eu sei que sou indígena e sei que sou professor, eu sei que eu tenho direito, então você consegue se colocar mais em uma posição em si, para falar com a secretária, eles respeitam mais quando você tem um papel, querendo ou não um diploma. (KUARAY, entrevista, 2017)

Uma questão muito presente na fala do Daniel como Guarani e de outros alunos da licenciatura Kaingáng, Xokleng é o empoderamento deles como professores e o reconhecimento que a própria Secretária de Educação do Estado passa a valorizá-los e a ouvi-los um pouco mais. Embora, algumas Secretarias de Estados da Educação não consideram o diploma da Licenciatura como válido devido a formação com divisão em terminalidades[EAP1] e não em disciplinas específicas. [7]

O curso possibilita o acesso e troca de muitos conhecimentos. Eles socializam vivências e experiências, conhecem a cultura do outro, seja ele Guarani, Xokleng/Laklãnõ ou Kaingáng, encontram suporte para compreender as leis, o seu direito, estudar a sua língua, encontrar mecanismos que contribuem ainda mais para a sua comunidade, e se fortalecer como professor em sala de aula.

A licenciatura traz vantagens para a formação dos professores, pois adquirem mais conhecimento na área do direito, educação, história, meio ambiente e linguagens. Ao falar da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Daniel Kuaray narrou que:

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

> [...] não é um curso que só fica numa área, não só na área de didática por exemplo; vamos montar um planejamento, não vai... tem área de direito, de historia de linguagem, todos os professores começam a trabalhar em conjunto, por exemplo, como a gente faz em nossa comunidade. Qual o seu trabalho de pesquisa? O meu é sobre ervas medicinais, então quais os professores vão falando, fala sobre direito né, sobre legislação ambiental, sobre a terra. Sobre a história também é a mesma coisa, a gente consegue mais formação e ajuda na nossa autonomia, por causa disso, a gente consegue se fortalecer como indígena, primeiro como indígena e a respeitar os outros colegas também e nós, nos sentimos professores também e de entender um pouco mais o processo sobre a educação, por que a educação está sempre mudando as leis, então tem que saber mais sobre isso. (KUARAY, 2017)

Muitos professores acabam reforçando a importância de trazer a educação tradicional indígena para dentro dos espaços escolares, envolvendo os alunos e comunidades na construção do conhecimento escolar indígena. Tudo contribuiu para a formação profissional e para a formação pessoal dos graduandos da licenciatura, eles estão sempre na busca de conhecimento que possa ajudar a compreender sua história, unir a questão do que está nos documentos e a memória indígena de acontecimentos históricos, pois eles estavam presentes, observando, conviveram e contarão isso para os filhos e netos.

Dessa forma sistematizamos em tópicos outros pontos essenciais nas falas de Daniel, Gennis e Silvana, graduandos Guarani. Para eles a contribuição do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, para suas formações[8]:

> - Contribui para o aumento do conhecimento em relação ao direito e a autonomia, para exigir os direitos e se inserir melhor na sociedade, pois os indígenas hoje não conseguem viver só em comunidade, não tem mais os recursos (alimentos) que se tinha antes;
> - Envolve a questão da afirmação de direitos;
> - Ajuda na reafirmação como indígena e como professor;
> - Habilitação para lecionar para séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, pois a escola já possui ensino médio e curso técnico em meio ambiente;
> - Aumento do número de professores indígenas nas escolas das aldeias;
> - Torna-se uma oportunidade dos povos indígenas para estudar, pois o curso possui aparatos que se adequam a necessidade dos povos indígenas;
> - Oferece possibilidades para os graduandos se manterem no curso através do auxílio transporte, alimentação, auxílio financeiro (bolsa), oferta de alojamento na própria universidade, que ainda está em processo de estruturação e de luta para conseguir melhorias;
> - Possibilidade de dialogar com trabalhos acadêmicos e com a realidade nas aldeias;
> - Prepara o professor para a sala de aula;
> - As terminalidades ajudam a trabalhar com as aéreas que cada um tem afinidade;
> - Contribuiu para aprovação de muitos dos graduandos da licenciatura no concurso para professores indígena do Estado de Santa Catarina em 2017.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A licenciatura, de modo geral, consegue fazer com que o professor tenha suporte didático, metodológico, conhecimento das leis, reforço para a escrita da língua indígena. Todos esses aspectos possibilitam um reconhecimento profissional pessoal e por parte da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. O que faz com que eles passem a ter mais autonomia e contribuir no Projeto Político Pedagógico da escola e os aparatos legais para exigir e construir uma educação escolar indígena diferenciada e intercultural.

CONTRIBUIÇÕES DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UFSC PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Neste momento, apresentamos as contribuições da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, turma 2016 para a educação escolar indígena Guarani, trazendo elementos importantes das falas dos graduandos do curso que são professores da E.I.E.B *Wherá Tupã Poty D'já* que fica na Terra Indígena M'biguaçu.

A Terra Indígena (T.I) M'biguaçu que fica no bairro Balneário de São Miguel, município de Biguaçu em Santa Catarina, cujo nome da aldeia é *Yynn Moroti Wherá,* que significa reflexo da água cristalina. A aldeia foi à primeira Terra Indígena Guarani a ser demarcada em Santa Catarina. A população estimada em 2011 era de 110 pessoas organizadas em 31 famílias, porém esse número pode variar, pois é característico dos Guarani a grande mobilidade entre as aldeias, seja ela em busca de novas terras para viver ou para a visita de parentes. (NÖTZOLD; ROSA, 2011)

A Escola Indígena de Educação Básica *Wherá Tupã Poty D'já* foi fundada em 9 de março de 1998, tornando-se a última escola indígena Guarani a ser construída no litoral catarinense. O objetivo da construção da escola foi atender as necessidades da comunidade de ter uma escola indígena dentro da aldeia que ofertasse de 1ª a 4ª série. Em 2003, foi construído um novo prédio para expansão do Ensino Fundamental até 8ª série. No ano seguinte 2004, houve a ampliação com a educação de Jovens e Adultos, sendo a pioneira na região. E em 2009, iniciou-se a implantação do curso de Ensino Médio e profissionalizante em Meio Ambiente. (NÖTZOLD; ROSA, 2011).

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A educação Guarani não se restringe a um único período e nem a um espaço físico definido, além de que todas as pessoas da aldeia estão em processo de aprendizagem, até mesmo os mestres. Porém, há uma valorização nas experiências dos mais velhos, que são considerados os guardiões da sabedoria. (GERLACH, 2012).

O povo Guarani não tem sistema de escrita definido. O seu conhecimento sempre foi transmitido pela oralidade, tanto que ela tem uma importância muito grande. "A questão da memória é fundamental para o processo de ensino para sua cultura e identidade indígena." A escola é um espaço central no cotidiano da aldeia, ao mesmo tempo vista como um lugar importante para a "valorização da tradição Guarani" (NÖTZOLD; ROSA, 2011, p. 32)

O povo Guarani da Terra Indígena M'biguaçu manteve muito do seu modo de vida, crenças, cultura, desenvolvimento do senso coletivo, habilidade de produção de alimentos e do fogo sagrado dentro das *Opy* (casa de reza). A educação é entendida como uma construção histórica e estabelecida por relações específicas dos grupos. Os povos indígenas possuem seu próprio modo de educação, ou seja, constituem os processos educativos conforme sua tradição, relações sociais e a sua cultura. A educação tradicional Guarani é um compromisso de todos e se efetua nas tarefas do cotidiano, nas brincadeiras, na casa de reza e em diversos lugares da aldeia.

A educação das crianças e adolescentes fica sob a responsabilidade do *Karai* (as pessoas mais velhas da comunidade) e das mães. As meninas a partir dos 7 anos de idade aprendem com a mãe a educação guarani e as questões do cuidado com a família, além de ajudar a cuidar dos irmãos mais novos. Os meninos a partir dos 7 anos de idade aprendem como o pai a dançar, pescar, caçar.

Nos cursos de formação de professores, as graduandas que são mães levam os seus filhos menores para Universidade. A relação entre mães e filhas é para além de laços afetivos, pois a mãe ajuda a transmitir a educação tradicional (língua, o respeito pela natureza e pela vida, além de ensinar os artesanatos e outros ofícios).

As crianças, desde pequenas, são orientadas a seguir o *nhandereko* – o modo de ser de cada pessoa, e isso implica em compromissos que se expressam nas relações com os parentes, na vida familiar, religiosa, na subsistência ligada ao plantio e à confecção de artesanato, no uso da língua Guarani *Mbya*. Os compromissos, a linguagem, essencialmente a palavra, são

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

praticados na Casa de Reza – a *Opy*, onde o *Karaí* é responsável por conduzir as cerimônias aos integrantes da comunidade, da *Tekoa*, como uma espécie de porta-voz de *Nhanderu* (nosso pai). (ROSA, 2009)

A E.I.E.B *Wherá Tupã Poty D'já*, possuía um Projeto Político Pedagógico (PPP) que não condizia com sua realidade da escola, era apenas um documento que cumpria as regras estipuladas pela Secretaria de Estado da Educação. Porém, aos poucos a comunidade começou a tomar espaço nas articulações e nas lutas junto com os professores e alunos, passando a questionar o Projeto Político e Pedagógico da escola, iniciando um processo de modificação e inclusão de campos conceituais significativos para os Guarani da aldeia *Yynn Morothi Wherá*.

As Secretarias de Educação dos Estados, muitas vezes, não compreendem essas formas educativas como aula envolvendo a cultura e tradição, pois para eles devia-se seguir o modo padrão de uma sala de aula não indígena, em que os alunos deveriam estar somente dentro da sala. Nesse sentido, houve necessidade da luta dos professores e da comunidade para conseguir garantir uma educação escolar indígena diferenciada e com um quadro de docentes indígenas. "[...] O professor, tem uma escola indígena, mas o diretor é branco ou projeto político pedagógico não permite que uma aula com os velhos, não permite uma aula à noite na fogueira, não permite dizer qual é aquela árvore, tá na lei, tá no papel, mas emperra nas pessoas." (FRANCISCO, 2017).

Segundo a narrativa de Aline Ramos Francisco contribui para o empoderamento desses professores trazendo mudanças no PPP das escolas, pois:

> Eles precisam ter base para dizer que aquilo que eles querem, pode ser feito sim na escola, que levar as crianças para cachoeira é aula, porque para mim só tá faltando isso sabe. Claro que aqui eles acessam muitos conhecimento que eles não têm e ampliam os conhecimentos que eles já têm. [...]. Eles vão aprendendo, revendo e dizendo para nós como é que ensinamos, nós vamos polindo conhecimento nesses encontros, mas para mim sinceramente, eles vão, aprendem muitas coisas na universidade, mas o que precisa mesmo é empoderamento, para poder dizer eu tenho um diploma na licenciatura, na universidade federal, eu sou professor, eu sou especialista, baseado na Constituição Federal eu posso fazer o meu plano político pedagógico, baseado numa educação intercultural, trazer minha cultura para dentro da escola, eu acho que é uma questão das comunidades e da Licenciatura Intercultural Indígena.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

Cada forma estrutural da escola, organizacional e na questão das disciplinas passaram a ser constituídas a partir da concepção de espaço, relações sociais e tempo Guarani. E cada professor passou a ter autonomia em desenvolver seu próprio conteúdo e ter sua própria metodologia. A E.I.E.B *Wherá Tupã Poty D'já*, possui autonomia advinda da luta de várias lideranças ao longo dos anos. Possuem o suporte do Cacique atual que é formado em Direito o que possibilita autonomia para dialogar com a Secretária de Educação sobre os Projetos Político Pedagógico da própria escola.[9]

A educação escolar indígena prevê a garantia da autonomia e definições de modo de ensino. A escola respeita a identidade, cultura, crença e busca manter a educação tradicional indígena e também está ligada à comunidade e a participação do *Karaí* Alcindo Moreira[10] (grande líder espiritual) que estava frequentemente na escola participando do cotidiano escolar. (GERLACH, 2012).[11] Nesse sentido,

> [...] a escola é uma realidade nas aldeias Guarani, no entanto a terra demarcada com possibilidades de desenvolver atividades relacionadas ao universo cultural e mitológico é um projeto distante devido à omissão do Estado na implementação das determinações constitucionais que dizem respeito aos povos indígenas. A aceitação da escola e a luta para aproximá-la do *tekóa* (sintetizado como modo de ser) continua sendo um desafio para os Guarani que oscilam entre a aceitação e negação da escola. A escola como um agente externo, embaixada do Estado na Terra Indígena, pouco tem contribuído com a luta pela conquista das terras e praticamente não tem permitido espaços para a incorporação dos saberes e práticas tradicionais em seu cotidiano, delimitando dois espaços internos diferenciados, um representado pela educação tradicional que ocorre no dia-a-dia e tem como referência a *opy* (casa de reza), e outro, pelo espaço escolar, representado pela transmissão de práticas e saberes não-indígenas. (BRIGHENTI; NÖTZOLD, 2010, p.35)

Professores, alunos, lideranças da comunidade e funcionários se preocupam e participam no planejamento e na produção do Plano Político Pedagógico da escola. Este é visto como instrumento de legitimação da autonomia da comunidade e traz a busca pelo direito indígena e necessidades básicas da escola que envolve a merenda (conforme alimentação recorrente do seu dia a dia), um calendário diferenciado, currículo, o modo de como preparar a aula, entre outros. Daniel Kuaray afirmou que:

> Na minha comunidade, a gente já brigou muito para ter o Projeto Político Pedagógico, assim com a nossa cara mesmo, com a nossa cara indígena, então respeitando as cerimônias, rituais, porque antigamente eles falavam que se você está fora da sala de aula você não está dando aula. Isso que a gente queria mudar, porque

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

> você está indo no mato, numa trilha, você está indo na casa de reza, tá indo até fazer um passeio, mostrar as ervas medicinais, a Secretaria não aceitava. Então, hoje em dia, a gente consegue entender como que é a educação escolar indígena. Nós conhecemos nossos direitos, não só eu, mais os professores também.

Aos poucos a comunidade vai tomando por meio da escola, um espaço de articulação entre direitos e a luta indígena e a busca de uma educação com qualidade. Sobre a educação escolar indígena na Terra Indígena M'biguaçu é construída conforme a educação tradicional Guarani. Daniel Kuaray fala que:

> A educação indígena existe, a nossa educação tradicional, mas a escola não se envolvia muito, porque eram os brancos que davam aula e acham não muito importante. Quando a gente veio, os professores começaram a estudar magistério e licenciatura e começou a entrar lá dentro, aí começou a mudar o aspecto da própria escola e trazer a comunidade e aí nós íamos até a comunidade […] tem lugares que a escola é o principal fonte de transmissão de conhecimento, a nossa não é. A nossa é a casa de reza, a cultura, nossa família, mais a escola também ela é a continuação, por exemplo, hoje sentar e dar aula, nós vamos até a casa de reza, cantar, aula de canto e dança, mas é normal para nós, já fazíamos isso só que não utilizava a escola, hoje em dia a gente faz.

Com respeito à especificidade de cada povo, é fundamental que professores indígenas possam atuar dentro das escolas, pois eles fazem parte da comunidade e respeitam e compreendem o quanto a língua é importante para a manutenção da cultura e incluir as práticas de aprendizagem tradicionais.

Além de elementos das entrevistas contextualizados, sistematizamos outros pontos abordados sobre a contribuição da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC para a educação escolar indígena na E.I.E.B *Wherá Tupã Poty Djá*. Os elementos abordados pelos entrevistados foram:

> - Os entrevistados colocam a importância da habilitação dos professores de outras aldeias, pois muitas ainda não têm as turmas de nível Fundamental e Médio. A partir da formação possibilita-se a expansão da escola e oferta de outras turmas dentro das escolas, evitando que muitos alunos tenham que se deslocar às cidades para completar os estudos;
> - Ajuda a relacionar o conhecimento indígena (tradicional), com saberes não indígenas. Estudando geografia e etnogeografia, aprendendo história e a história Guarani, construindo uma horta explicando a importância da terra;
> - Maior atuação dos professores nas decisões envolvendo o PPP, e sobre as formas de organizar suas atividades e aulas;
> - Aumento da produção de materiais didáticos e trabalhos acadêmicos que ajudam a divulgar e a pensar a educação escolar indígena;

Recebido em: 14/05/2019 | Aceito em: 16/09/2019

- Contribuiu para se trabalhar com a história local de Santa Catarina. Ex: trabalhar com a questão da imigração (alemã, italiana e portuguesa) na região e no Estado, junto com a história dos Guarani.
- Pelos conteúdos ensinados na Universidade, os professores indígenas conseguem trazer a história indígena a partir da documentação histórica;
- A licenciatura traz novas formas de aprendizado, didática, conteúdo, que é repassado e ensinado nas escolas.

A construção da interculturalidade nas escolas faz com que se amplie o campo das inter-relações entre as culturas, valores e conhecimentos do mundo indígena e do mundo não indígena, contribuindo para a construção da educação escolar intercultural, bilíngue e específica. Cada povo vivencia seu próprio sistema e processos educativos determinados pela sua cultura e pelas relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos povos indígenas é marcada pela diversidade, especificidades culturais e trajetórias históricas e geográficas de cada povo. Ela ainda é constituída por lutas pelo direito a terras que envolvem a sobrevivência de sua comunidade/aldeia e pela educação indígena intercultural, seja ela na educação básica ou superior.

Durante muito tempo a educação para os indígenas envolvia a questão da imposição da cultura não indígena. A luta pelos direitos garantida pela Constituição Federal de 1988, se tornou um instrumento para mudanças e valorização de educação escolar que contasse com elementos culturais e linguísticos de cada povo.

A partir das implantações de novas políticas públicas o Ministério da Educação, FUNAI e a Secretaria de Educação do Estado, passaram a pensar na formação desses professores atendendo a especificidade de cada grupo. Ao longo das últimas décadas foram ofertadas bolsas para alunos indígenas em universidades privadas, depois houve a luta pelo acesso das populações indígenas as universidades federais e estaduais. Tudo isso contribuiu para a abertura de vagas nos sistemas de ações afirmativas cotas e nos últimos anos pela implementação de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena no Brasil.

A Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC possui um compromisso com as comunidades, ajudando a ampliar os conhecimentos, pela capacitação

conseguindo com que mais professores indígenas façam parte do quadro de professores nas escolas das aldeias. Pois, tanto a educação escolar indígena bilíngue e intercultural, quanto a formação de professores indígenas, se concretiza a partir da luta das lideranças e dos povos indígenas para fazer valer os direitos que envolvem uma educação escolar que respeite a diversidade linguística e cultural de cada povo.

A Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC contribui para o próprio reconhecimento dos professores indígenas como sujeitos da construção de conhecimento dentro das escolas. Ao mesmo tempo possibilita o acesso a diversos conhecimentos, sejam eles da cultura de outros povos, da população não indígena e de saberes nas áreas educacionais, ambientais, territoriais, na área da linguagem formativa indígena e com base no direito, que auxilia na busca da efetivação dos direitos indígenas.

A Licenciatura faz com busquem o reconhecimento nas Secretarias de Educação do Estado, enquanto licenciados e habilitados para lecionar nas escolas. Uma das conquistas recentes da turma de 2016 foi à aprovação de muitos deles no concurso de professor indígena em Santa Catarina no ano de 2017. O que possibilitará que muitos deles possam dar prosseguimento à construção de uma educação intercultural e bilíngue dentro das escolas.

A educação indígena é um compromisso de todos os membros da comunidade/aldeia indígena e se configura nos ensinamentos tradicionais Guarani, transmitido pela oralidade, pelos mais velhos com a casa de reza, a *Opy,* pelo qual exerce o modo de ser de seu povo. O aumento dos professores indígenas nas escolas das aldeias faz com que passe a cada dia mais a envolver a educação escolar com a educação tradicional e a utilizar os espaços da comunidade para construir o conhecimento e fortalecer a cultura e revitalizar a sua língua. Assim, a escola se torna um espaço de construção de saberes e conhecimentos tradicionais e se configura como espaço de lutas, de fortalecimento cultural e linguístico e espaço de interculturalidade.

Pode-se afirmar que as entrevistas evidenciaram que o conhecimento adquirido durante os quatro anos no ensino superior lhes trará: reconhecimento profissional, maior autonomia, para montar suas aulas e os Planos Políticos Pedagógicos (PPP) das suas escolas, conforme sua cultura, modo de vida e de sua tradição. Além de possibilitar maior diálogo entre teoria e práticas pedagógicas, o que possibilita também a produção de materiais

didáticos e produções acadêmicas que evidenciam a história e a formas educativas dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene, Ricarte. Formação de professores na licenciatura intercultural indígena: Povo Potiguara e as disciplinas de História. **Revista Território & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan-jun, 2015.

ASSUMPÇÃO, Jéssica Lícia da. **Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC:** Contribuições na formação de professores e para a educação escolar do povo Guarani da Terra Indígena M'Biguaçu. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UFSC. Florianópolis, 2018.

AZZI, Sandra. Trabalho docente: autonomia didática e construção dos saberes pedagógicos. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.35-60.

BANIWA, Gersem. Os desafios da educação indígena intercultural no Brasil: Avanços e limites na construção de políticas públicas**.** In: NÖTZOLD, Ana L. V.; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: Contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 69-88.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais**. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2010[a]. 282p.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Educação Guarani e Educação Escolar: Desafios da Experiência Mbya e Nhandeva. **Cadernos do LEME,** Campina Grande, vol.2, nº2, p.22-40, jul./dez. 2010.[b]

FRANCISCO, Aline Ramos. **Entrevista** [agosto 2017]. Entrevistadora: Jéssica Lícia da Assumpção. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis.

GERLACH, Wilson Cristiano. Educação escolar com autonomia na Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty D'já. In: NÖTZOLD, Ana L. V.; ROSA, Helena A. e BRINGMANN, Sandor F. (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: Contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 177-192.

MARTINS, Daniel Timotio. (Daniel Kuaray). **Entrevista** [novembro 2017]. Entrevistadora: Jéssica Lícia da Assumpção. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis.

MELO, Clarissa Rocha. A experiência no curso de licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. **Revista de Ciências Sociais,** v.3, nº 1, p.120-148, jan/jun. 2013.

MELO, Clarissa Rocha. **Da Universidade à casa de Rezas Guarani e vive-e-versa:** reflexões sobre a presença indígena no ensino superior a partir da Experiência dos Guarani na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC. Tese em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. 405p.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini (Org.). **História e cultura guarani:** Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty D'já: livro 1. [Florianópolis]: Pandion, 2011. 60 p. (Coleção História e cultura indígena de Santa Catarina através das escolas).

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe e ROSA, Helena Alpini. Observatório da Educação Escolar Indígena- Autogestão e processos próprios de aprendizagem: desafios para uma educação escolar indígena com autonomia. In: NÖTZOLD, Ana L. V.; ROSA, Helena A; BRINGMANN, Sandor F(Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: Contribuições ao debate**. Porto Alegre: Palloti, 2012.p.15-36.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA. Florianópolis, 2009/2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2016/04/PPP-LII-2016.pdf. Acesso em 09/04/2018.

ROSA, Helena Alpini. **A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massiambu, Palhoça/SC- Um campo de possibilidades**. Dissertação de mestrado em História Cultural, Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SHILD, Joziléia Danizia Jagso Inácio. **Entrevista** [março 2018]. Entrevistadora: Jéssica Lícia da Assumpção. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis.

TEIXEIRA, Vanessa Gonçalves; LANA, Eliana dos Santos Costa. Interculturalidade e direito indígena a educação- a política de formação intercultural de professores indígenas no Brasil. **Educação em Foco**, Juiz de Fora. V.17, n.1, p. 119-150, mar/jun. 2012.

TIMOTIO, Gennis Martins. **Entrevista** [março 2018]. Entrevistadora: Jéssica Lícia da Assumpção. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis.

VERISSIMO, Silvana Mindua V. **Entrevista** [março 2018]. Entrevistadora: Jéssica Lícia da Assumpção. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

[1] A Terra Indígena M'Biguaçu, fica no bairro São Miguel no município de Biguaçu em Santa Catarina, parte da região metropolitana de Florianópolis-SC. [2]Informações retiradas do Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica -Guarani, Kaingáng e Xokleng, Florianópolis, 2009.

[3]-Para mais informações sobre a formatura da primeira turma da licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, é só acessar o site: http://noticias.ufsc.br/2015/04/diversidade-emocao-e-conquista-a-primeira-formatura-de-licenciatura-intercultural-indigena-da-ufsc/

[4] Os alunos da licenciatura, durante discussão e debates no evento: I Seminário de Línguas indígenas do Sul da Mata Atlântica: Guarani, Kaingang e Xokleng (13 a 14/11/2017) colocaram a importância do vestibular exigir a escrita na língua indígena, pois faz com que os jovens indígenas que pretendem ingressar no curso, tenham interesse em valorizar a língua materna.

[5] Informações obtidas no PPP (2009) da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC.

[6]Informação obtida através da visita feita à E.I.E.B *Wherá Tupã Poty D'já*, no mês de abril de 2018.

[7] Informação obtida em diálogo com a Professora Drª. Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

[8] A sistematização em tópicos tem intuito de incluir informações obtidas nas conversas com Silvana e Gennis, que não quiseram gravar entrevista, junto com outras contribuições que Daniel apontou e que não foram contextualizadas anteriormente no texto.

[9] Informações obtidas a partir das entrevistas realizadas como os graduandos da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC.

[10] Atualmente seu Alcino mora na Terra Indígena Amâncio que também fica no município de Biguaçu-SC.

[11] Atualmente, quem é *Karaí* e Cacique da Terra Indígena M'biguaçu é Hyral Moreira neto de Alcino Moreira. Informação obtida pelos entrevistados.